



ANO 24 - NÚMERO 295- DE 30/10 A 05/11 DE 2020

PACTU

Sindicatos dos Bancários de Paranavai, Campo Mourão, Toledo, Umuarama/Assis Chateaubriand e Guarapuava

CUT BRASIL

CONTRAF

FETEC CUT/PR
EMPREGADOS DE ECONOMIA DO PARANÁ

Demissões no Bradesco mobilizam bancários no Dia Nacional de Luta



No Pactu Manifestação em Guarapuava

No dia 29/10, o Bradesco foi alvo de manifestações e paralisações em todo o país. Foi mais um Dia Nacional de Luta contra a onda de demissões que o banco vem promovendo. Somente neste ano o Bradesco já demitiu mais de 1.200 bancários e bancárias.

Os sindicatos do Pactu participaram das manifestações, com atividades nas agências do Bradesco das principais cidades. “O objetivo foi denunciar a quebra do compromisso assumido pelo banco, de não realizar demissões durante a pandemia”, explica Wilson de Souza, diretor do Pactu em Umuarama. Ele lembra que somente em 2020 os bancos já demitiram mais de 12 mil trabalhadores. “Os bancários precisam de garantia de emprego e negociação coletiva efetiva. O Bradesco tem demitido em plena pandemia, inclusive doentes e bancários próximos da aposentadoria”, acrescentou Wilson. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Reestruturação

O clima é de terror nas agências do Itaú

A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú se reuniu com representantes do banco, no dia 28/10, e cobrou informações sobre os boatos de demissões em massa que criaram um clima de terror nas agências. A COE reivindicou que o banco divulgue comunicado para esclarecer que não haverá reestruturação, pelo menos neste ano. O próprio banco admitiu que existem problemas de comunicação. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Banco do Brasil

Negociação do teletrabalho vai continuar

A Comissão dos Funcionários dos Empregados do Banco do Brasil (CFBB) se reuniu com a direção do banco, no dia 27/10, para discutir um acordo sobre o teletrabalho. A negociação foi acompanhada pela Contraf-CUT. A CFBB expôs a preocupação com a jornada de trabalho, a falta de equipamentos necessários e a de ajuda de custo para cobrir as despesas extras. Não houve acordo e o assunto voltará ao debate nas próximas reuniões. Mais detalhes em www.pactu.org.br

Fetec-CUT/PR promoveu debate sobre o BB

A Fetec-CUT/PR promoveu, no dia 29/10, um debate sobre o Banco do Brasil como instrumento de políticas públicas. A debatedora foi a economista, mestra e doutoranda em Economia, Fernanda Feil. O objetivo foi discutir a essencialidade do sistema financeiro para o desenvolvimento do país e o papel dos bancos públicos no atual contexto. O evento foi transmitido ao vivo pelo Facebook da Fetec-CUT/PR. Mais informações em www.pactu.org.br

Itaú foi obrigado a reintegrar bancário em Umuarama

O banco Itaú foi obrigado a voltar atrás e reintegrar um funcionário demitido ilegalmente em Umuarama. No dia 16/10, o bancário recebeu o comunicado de que estava sendo desligado da empresa. Além de não apresentar uma causa justa para a demissão, o banco não observou o texto da Cláusula 27 da Convenção Coletiva de Trabalho. Ela garante a pré-aposentadoria nos 24 meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria da Previdência Social, aos empregados que tiverem o mínimo de 28 anos e as empregadas que tiverem o mínimo de 23 anos de vínculo empregatício ininterrupto com o mesmo banco.

No caso em questão, o bancário ingressou no banco em setembro de 1986, está protegido pela CCT e faltam-lhe apenas 22 meses para ele adquirir sua aposentadoria, já consideradas as regras de transição pela Emenda Constitucional 103/2019. Assim que tomou conhecimento do ocorrido, o Sindicato dos Bancários de Umuarama, Assis Chateaubriand e Região interferiu junto ao banco, solicitando o cancelamento da demissão e a imediata reintegração do funcionário ao trabalho.

Os sindicatos do Pactu lembram os bancários de que a cláusula 27 não tem efeitos automáticos e é necessário notificar o empregador, ao preencher os requisitos para a estabilidade pré-aposentadoria.

Campanha cobra tributação dos super-ricos



Mais de 50 entidades de todo o país estão engajadas numa campanha que cobra do governo e do Congresso Nacional medidas para tributar as grandes fortunas. A proposta é defendida há muito anos pela CUT, como forma de garantir um sistema tributário mais justo. A ideia é tributar as altas rendas e grandes patrimônios dos 0,3% mais ricos do Brasil. Isso promoveria um aumento de quase R\$ 300 bilhões de arrecadação, gerando renda para os mais pobres e a retomada da atividade econômica. No entanto, para que a proposta seja apreciada no Congresso, será necessário amplo apoio popular. Leia mais em www.pactu.org.br

Professores reagem ao anúncio de militarização das escolas do Paraná



A direção do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) reagiu ao anúncio feito pelo governador Ratinho Junior (PSD), de que havia assinado a regulamentação da lei que institui as escolas cívico-militares no Paraná.

“A lei foi aprovada de forma autoritária, com as autoridades utilizando a pandemia do novo coronavírus como desculpa para evitar o debate com professores, funcionários e a comunidade escolar”, afirmam os professores. A entidade listou dez razões para a militarização ser reprovada. Confira em www.cut.org.br

Novembro tem campanha de combate à violência contra a mulher



Dia 25 de novembro é o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher, data reafirmada por movimentos de mulheres, organizações populares e sindicais. Várias atividades serão desenvolvidas durante o mês, inclusive no setor bancário, que tem iniciativas importantes a serem socializadas. Uma delas é o canal de atendimento às vítimas de violência, conquistado na Campanha Nacional 2020. Informação completa no site www.pactu.org.br

Financiários renovam acordo por dois anos

Em assembleias virtuais realizadas nos dias 20, 21 e 22/10, os financiários de todo o Brasil aprovaram a proposta de renovação da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) por dois anos. O acordo garante, para 2020, 1,13% de reajuste nos salários e nos salários de ingresso (que corresponde a 55% do INPC do período), abono de R\$ 1.000,00 e reajuste de todos os benefícios com o índice integral do INPC, isto é, correção de 2,05%. Já para 2021, reajuste nos salários, inclusive os de ingresso, pelo INPC integral do período, acumulado no período de 1º de junho de 2020 a 31 de maio de 2021. A PLR segue as mesmas regras do ano passado e haverá negociação de um novo modelo, em 2021.